



O que fazer quando uma hidrelétrica “bate à sua porta”?

ONGs e Movimentos Sociais

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

MAB é o Movimento dos Atingidos por Barragens, que desde a década de 70 tem organizado as pessoas atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos, na busca de soluções para os problemas causados por essas obras.

A história dos atingidos por barragens no Brasil tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática, e que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente.

Na década de 70, foi intensificado no Brasil o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas Hidrelétricas são construídas em todo o país, projetos “faraônicos” são levados adiante com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia, chamadas de eletro-intensivas e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre brasileiro”, durante a ditadura militar.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras, uma enorme massa de camponeses, trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade surgiu a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto.

Três focos principais de resistência, organização e luta podem ser considerados como o berço do que viria a ser o MAB anos mais tarde:

Primeiro na região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaiparica, foi palco de muita luta e de mobilização popular.

Segundo, no Sul, quase que simultaneamente em 1978, ocorre o início da construção UHE de Itaipu na bacia do rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região.

Terceiro, na região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente a construção da UHE de Tucuruí.

Todas as obras acima citadas, apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens.

Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessária uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil.

Assim, em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Dois anos depois é realizado o I Congresso dos Atingidos, em março de 1991, onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, seria um movimento nacional, popular e autônomo, que deve se organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março é instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país.

Os Congressos Nacionais do MAB passaram a ser realizados de três em três anos, sempre reunindo representantes de todas as regiões organizadas, e suas decisões servem como base para o trabalho e linhas gerais de ação do MAB. Com o apoio de diversas entidades foi realizado o *1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens*, em março de 1997, na cidade de Curitiba- PR/Brasil.

O Encontro Internacional contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar as suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as Políticas Energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens*.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de

financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Em novembro de 1999 o MAB realiza seu IV Congresso Nacional, que reafirma o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, e por um Projeto Popular para o Brasil, onde incluía um novo modelo Energético. Foi ressaltado que o método de organização de base do MAB é através dos grupos, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo.

Sem dúvida a vida do MAB tem sido muito rica em lutas e em vitórias e certamente na sua região haverá muitas histórias para ser contadas pelos atingidos organizados. Nosso compromisso será de sempre de seguir lutando enquanto houver uma injustiça praticada contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo.

* Texto de autoria do MAB, retirado do site: www.mab.org.br

A Rede de ONGs da Mata Atlântica

Nas últimas décadas, dezenas de organizações não-governamentais foram criadas, ao longo de todo o território nacional, visando salvar e restaurar os remanescentes de um bioma que presta serviços ambientais e sociais para a maior parte da população brasileira. Aliás, se há ainda alguns remanescentes, é porque a sociedade conta com esse segmento, que luta muito bravamente, para proteger esses ambientes naturais. As organizações não-governamentais ambientalistas batalham em vários campos - no parlamento, na comunidade local -, tentando influenciar políticas nacionais e em espaços da mídia pela preservação do segundo bioma mais ameaçado do mundo, que só perde para as florestas de Madagascar.

Do Nordeste ao Sul do Brasil, as ONGs perceberam que seria muito mais eficiente e efetiva essa luta se houvesse uma organização que representasse todas elas, a fim de formar uma grande teia de informação e de relações entre as entidades para fortalecer a defesa da Mata Atlântica. Foi durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que o movimento ambientalista da Mata Atlântica deu o passo decisivo na sua organização e atuação nacional, com a criação de sua rede. Surge assim, no fervor das discussões ambientais, nacionais e internacionais, a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA).

O objetivo era tecer uma rede para a defesa, preservação e recuperação da Mata Atlântica, através da promoção de intercâmbio de informações, da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre as ONGs e, dessa forma, fortalecer as ações locais e regionais das entidades filiadas. A rede foi criada para tentar apresentar soluções que as instituições individualmente não eram capazes de fornecer. Hoje, com 312

instituições filiadas, entre organizações ambientalistas, socioambientais e de pesquisa, distribuídas nos 17 estados que se encontram no Domínio da Mata Atlântica, a Rede é vista como um coletivo legítimo e representativo.

Passados 15 anos desde sua fundação, a Rede coleciona conquistas. Em nível nacional, a RMA atua monitorando e articulando interesses junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, formulando propostas para aprimoramento da legislação e facilitando e promovendo a participação abrangente das entidades filiadas nas políticas públicas do País que tenham influência no bioma. Também atua na criação de programas de apoio aos projetos e iniciativas desenvolvidos pelas instituições filiadas e no desenvolvimento de mecanismos de participação social que permitam orientar as diretrizes e avaliar os resultados das ações governamentais.

O processo de crescimento da RMA como organização nacional articuladora da luta para a defesa da Mata Atlântica pode ser ilustrado por sua intervenção em políticas públicas, no âmbito de representações em comissões e conselhos voltados à discussão e à formulação de políticas públicas que afetam direta ou indiretamente a Mata Atlântica.

É no âmbito das articulações que se trava o que pode ser considerada a grande batalha da Rede e que até se confunde com sua existência - a luta por uma legislação de proteção específica para a Mata Atlântica. Já em 1993, a edição do decreto 750 é um marco na história do bioma. O decreto, assinado em 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, com certeza impôs uma nova correlação de forças com a frente de destruição, e, colocando novas regras para enquadrar os degradadores, deu um novo fôlego à floresta em perigo. Através de resoluções do Conama, o decreto 750/93 teve regulamentações em 15 estados do bioma.

O Conama também tem sido palco de conquistas importantes acompanhadas de perto pela RMA, como a aprovação da Resolução 240/1998, que suspendeu a exploração predatória da Mata Atlântica no Sul da Bahia e a aprovação da Resolução 278/2001, que proibiu o manejo comercial de espécies da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, e a aprovação das “Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica”, em dezembro de 1998.

A RMA assumiu como uma de suas principais metas o aperfeiçoamento da legislação que rege a defesa, a proteção e o uso sustentável do bioma. Desde 1992 tem se destacado como interlocutora junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal nas negociações do Projeto de Lei nº 3.285/92, a Lei da Mata Atlântica. Esse Projeto de Lei regulamenta a Constituição Federal no que diz respeito à conservação, proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica e após 11 anos de tramitação, no dia 3 de dezembro de 2003, foi finalmente aprovado na Câmara dos Deputados. E após mais 3 anos, foi aprovado no Senado no dia 14 de fevereiro de 2006, voltou para a Câmara, para a segunda votação, sendo que nova Lei da Mata Atlântica foi finalmente sancionada pelo Presidente da República no dia 22 de dezembro de 2006.

A RMA sempre utilizou a sua capacidade de mobilização para tentar barrar projetos ambientalmente insustentáveis. Manifestou-se contra o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Para a Rede, a iniciativa não vai minimizar as enormes carências dos habitantes por onde passa o rio e muito menos revitalizá-lo.

O projeto da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, obra que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) pretende instalar na calha do Rio Ribeira de Iguape, entre os municípios de Riberia (SP) e Adrianópolis (PR), é altamente contestada pela Rede. Foi projetada na década de 1980 e, depois do processo ter ficado parado por força de uma ação judicial, os empreendedores entraram com um novo pedido de licenciamento.

Tijuco Alto é uma das quatro barragens previstas para o rio. Se construídas, Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal irão inundar uma área de cerca de 11 mil ha, incluindo parques nos estados de São Paulo e Paraná, parte de cidades e áreas de comunidades de remanescentes de quilombos. Além disso, o Riberia de Iguape deixará de ser o último rio não barrado no Estado de São Paulo.

Em setembro de 2004, a RMA entrou com uma ação civil pública em conjunto com a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses contra a finalização da construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A usina construída no Rio Pelotas é uma obra de grande porte, realizada com base num Estudo de Impacto Ambiental fraudado, que omitiu a existência de cerca de 6.000 hectares de florestas de araucária, primárias e em estágio avançado de regeneração. Além disso, omitiu que seria extinta da natureza uma espécie de bromélia já ameaçada de extinção, a *Dyckia distachya*. Apesar de toda a mobilização, o poder econômico falou mais alto e a usina, que conseguiu a licença para operação em junho de 2005, inundou a floresta e extinguiu a bromélia da natureza. Mesmo com essa derrota para o meio ambiente, a Rede considera que essa ação é um ícone de mobilização e um marco para os futuros licenciamentos, ou seja, antes e depois de Barra Grande.

Para participar de tantas instâncias, a RMA foi obrigada a se estruturar melhor. Durante os seus cinco primeiros anos, o escritório esteve sediado na Fundação SOS Mata Atlântica, em São Paulo. Posteriormente foi transferido para a sede do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), de 1997 a 2001, e de lá para a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), de 2001 a 2003. Desde julho de 1999, a Rede tem um escritório em Brasília, que a partir de 2003 abriga também a secretaria executiva.

A localização do escritório na Capital Federal permite o acompanhamento das políticas da Mata Atlântica e uma maior interlocução com os diversos ministérios, em especial o do meio ambiente, o Banco Mundial, o Congresso Nacional e outras organizações. Também possibilita a obtenção de informações e a articulação com instâncias de decisão do País.

*Texto adaptado do livro: “Mata Atlântica – Uma rede pela floresta” - 2006.

Betsey Whitaker Neal, Miriam Prochnow e Sivia Franz Marcuzzo

Contato: www.rma.org.br